

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações Financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2020

Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em atenção ao disposto na Circular BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do Banco Central do Brasil, apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras do Banco Morgan Stanley em IFRS e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes à data-base 31 de dezembro de 2020.

Salientamos que as Demonstrações Financeiras com seus respectivos Relatórios foram divulgadas no endereço eletrônico [www.morganstanley.com.br/Informações Regulatórias/Demonstrações Financeiras/2020](http://www.morganstanley.com.br/InformaçõesRegulatórias/Demonstrações_Financeiras/2020).

Neste anexo, constam os seguintes documentos:

- Balanços Patrimoniais.
- Demonstrações de Resultados.
- Demonstrações de Resultado Abrangente
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.
- Demonstrações dos Fluxos de caixa.
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

TERMO DECLARATÓRIO: É de total responsabilidade da alta administração do Banco Morgan Stanley S.A. o conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Haroldo de Oliveira França Leite
Diretor Executivo

Ana Maria Siqueira de Moura
Contadora – CRC 1SP130097/O-6

Conteúdo

Relatórios do auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Balanço patrimonial consolidado	7
Demonstrações consolidadas do resultado	8
Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes	9
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Morgan Stanley S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Morgan Stanley S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Morgan Stanley S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e certificados de operações estruturadas

Veja a Nota 3i, 7, 13, 15 e 16 das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e certificados de operações estruturadas (em conjunto "instrumentos financeiros") mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e cujos preços ou parâmetros de mercado não estão disponíveis, a mensuração do valor justo está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos na elaboração dos seus modelos internos e nas premissas utilizadas para estimar o valor justo, tais como a geração das curvas de juros e das taxas de conversão, modelos matemáticos internos de interpolação e o método de extrapolação a partir de dados observáveis.</p> <p>Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvido, consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e certificados de operações estruturadas.- com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e certificados de operações estruturadas, a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e recalculamos o correspondente valor justo dessas operações. <p>Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas n^{os} 3i, 7, 13, 15 e 16 estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

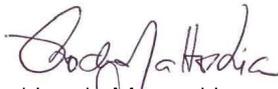
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Morgan Stanley S.A.

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	12	1.964.801	3.002.730	Passivos financeiros	15	17.570.240	17.691.686
Ativos financeiros	13	18.570.790	17.316.446	Ao Valor Justo por meio do Resultado		13.250.602	14.983.213
Ao Valor Justo por meio do Resultado		17.553.280	16.531.520	Operações compromissadas		1.392.207	5.090.671
Operações compromissadas		2.195.643	5.208.529	Credores por empréstimos de ações		817.410	2.031.798
Títulos e Valores Mobiliários		8.478.675	6.316.685	Instrumentos financeiros derivativos		5.598.412	2.814.542
Instrumentos financeiros derivativos		6.053.309	3.849.086	Certificado de Operações Estruturadas		5.442.573	5.046.202
Devedores por empréstimos de ações		816.694	1.147.403	Ao Custo Amortizado		4.319.638	2.708.473
Outros ativos financeiros		8.959	9.816	Depósitos de clientes		1.960.013	1.025.513
Ao Custo Amortizado		1.017.510	784.926	Obrigações por empréstimos e repasses		1.349.214	663.832
Aplicação em depósitos interfinanceiros		197.166	-	Negociação e Intermediação de Valores		938.073	1.009.251
Negociação e Intermediação de Valores		684.980	784.196	Outros Passivos financeiros		72.338	9.877
Recebíveis de clientes		135.364	730	Passivos por impostos correntes	17b	127.597	97.518
				Outros passivos	19	531.874	456.793
Outros ativos	18	59.115	98.374				
Ativos por impostos diferidos	17.a	129.819	103.799	Patrimônio líquido	21		
Ativos imobilizados	20	84.074	18.126	Capital	21.a	1.419.306	1.306.607
Ativos Intangíveis		52	5	Reserva de Lucros		1.187.277	996.972
				Resultado abrangente		(27.643)	(10.096)
				Total do patrimônio líquido		2.578.940	2.293.483
Total do ativo		20.808.651	20.539.480	Total do passivo e patrimônio líquido		20.808.651	20.539.480

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações consolidadas de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2020	2019
Ganho/(perda) líquido de ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	7	988.417	363.905
Ganho/(perda) líquido de outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado		(249)	(984)
Receitas de serviços e comissões		231.940	214.985
Despesas de serviços e comissões		(2.617)	(712)
Resultado líquido de serviços e comissões	6	229.323	214.273
Outras Receitas Operacionais		26.860	97.902
Receitas de juros		92.938	209.066
Despesas de juros		(82.838)	(80.524)
Resultado líquido de juros	5	10.100	119.651
Ganho/(perda) líquido de variação cambial	8	19.603	(44.460)
Despesas administrativas	9	(700.690)	(493.440)
Depreciações e amortizações		(9.706)	(7.219)
Despesas de Provisões Operacionais		(58.231)	(57.953)
Outras despesas operacionais	10	(74.376)	(64.200)
Outras despesas		(823.400)	(667.272)
Resultado antes dos impostos		431.051	136.366
Impostos correntes	11	(159.599)	(148.088)
Impostos diferidos	17	11.663	148.668
Resultado líquido do exercício		283.115	136.946

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	<u>283.115</u>	<u>136.946</u>
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>	(17.547)	(27.888)
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros	(31.904)	(50.539)
Efeito tributário	14.357	22.651
Resultado abrangente total no exercício	<u>265.568</u>	<u>109.058</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Reserva de Lucros</u>					Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial de Lucros	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.195.515</u>	<u>105.646</u>	<u>886.967</u>	<u>-</u>	<u>17.792</u>	<u>-</u>	<u>2.205.920</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2019	111.092	-	-	-	-	-	111.092
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	283.115	283.115
Destinação dos lucros:							
Reserva legal	-	12.212	-	-	-	(12.212)	-
Reserva estatutária	-	-	(7.853)	-	-	(138.316)	(146.169)
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros	-	-	-	-	(27.888)	-	(27.888)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(132.587)	(132.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.306.607</u>	<u>117.858</u>	<u>879.114</u>	<u>-</u>	<u>(10.096)</u>	<u>-</u>	<u>2.293.483</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 02/06/2020	112.699	-	-	-	-	-	112.699
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	283.115	283.115
Destinação dos lucros:							
Reserva legal	-	13.840	-	-	-	(13.840)	-
Reserva estatutária	-	-	176.465	-	-	(176.465)	-
Ajuste no valor justo atribuído ao risco próprio de passivos financeiros	-	-	-	-	(17.547)	-	(17.547)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(92.810)	(92.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.419.306</u>	<u>131.698</u>	<u>1.055.579</u>	<u>-</u>	<u>(27.643)</u>	<u>-</u>	<u>2.578.940</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	283.115	136.946
Ajustes ao lucro líquido	253.473	(8.478)
Depreciação e amortização	9.705	7.218
Transferências e baixas ativo imobilizado	180	-
Provisões passivas	102.850	117.202
Reversão de provisões operacionais	(6.929)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	57.893	4.751
Juros diferidos	37	685
Imposto de renda e contribuição social	89.737	(138.334)
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais	(1.273.317)	(997.350)
Diminuição / (Aumento) de Operações compromissadas	3.012.886	(342.905)
(Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários	(2.161.990)	(2.062.172)
(Aumento) / Diminuição de Instrumentos financeiros derivativos	(2.204.223)	420.086
Diminuição de Empréstimos	-	182.118
Diminuição de Devedores por empréstimos de ações	330.709	401.029
Diminuição de Outros ativos financeiros	857	609.071
(Aumento) de Aplicação em depósitos interfinanceiros	(197.166)	-
Diminuição de Negociação e Intermediação de Valores	99.216	(209.034)
(Aumento) / Diminuição de Recebíveis de clientes	(192.865)	25.091
Diminuição / (Aumento) de Outros ativos	39.259	(20.634)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	(1.029.322)	965.617
(Diminuição) / Aumento de Operações compromissadas	(3.698.464)	1.490.116
(Diminuição) de Credores por empréstimos de ações	(1.214.388)	(750.214)
Aumento / (Diminuição) de Instrumentos financeiros derivativos	2.783.870	(1.750.265)
Aumento de Certificado de Operações Estruturadas	396.371	1.632.923
Aumento / (Diminuição) de Depósitos de clientes	934.499	(448.971)
(Diminuição) / Aumento de Negociação e Intermediação de Valores	(71.178)	1.009.251
Aumento de Outros Passivos financeiros	62.461	9.877
(Diminuição) de Outros passivos	(75.314)	(227.100)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no período	(147.180)	(59.278)
Fluxos de caixa utilizados em atividades operacionais	(2.302.639)	(91.010)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(75.828)	(8.957)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	(75.828)	(8.957)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
(Diminuição) de Obrigações por empréstimos e repasses	685.382	(381.262)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de financiamento	685.382	(381.262)
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(1.156.497)	(352.761)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.002.730	3.355.692
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa	118.568	(201)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.964.801	3.002.730
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(1.156.497)	(352.761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (Banco) é um banco múltiplo nos termos da Assembléia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tem como seu controlador direto a empresa Morgan Stanley Latin America Incorporated e como investidora a empresa MSL Incorporated. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimentos e autorização para operar em câmbio. Está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, na cidade de São Paulo, Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas em atendimento à Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standard Board (IASB) e traduzidos para a língua portuguesa pelo IBRACON, entidade credenciada pelo International Accounting Standards Committee Foundation (IASC).

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas para divulgação pela administração em 29 de março de 2021.

b. Normas, alterações e interpretações de normas

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Conceptual Framework

A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro descreve o objetivo e os conceitos do relatório financeiro para fins gerais. Dentre as alterações em definições contidas neste documento, destaca-se a nova definição de ativos e passivos, sendo ativo, "um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados" e passivo, uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. A nova Estrutura Conceitual entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2020. Foi realizada uma análise sobre a nova Estrutura Conceitual e não foram identificados impactos materiais no Consolidado.

Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Fase 1

Em decorrência da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (Interbank Offered Rate), por exemplo LIBOR e EURIBOR, as avaliações das estruturas de hedge accounting que se utilizam destas taxas poderão ser afetadas. As alterações promovidas pelo IASB têm por objetivo reduzir eventuais impactos nestas relações de proteção caso a reforma das taxas de juros de referência gerem incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos

de caixa do objeto ou do instrumento de hedge, estas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. O Banco não possui operações de hedge accounting que possam ser impactadas por tal reforma.

IFRS 16 – Arrendamentos

Alterações no IFRS 16 – A alteração da norma introduz um expediente prático que permite que eventuais concessões feitas ao arrendatário em um arrendamento, exclusivamente por conta da pandemia da COVID-19, não se qualifiquem como uma modificação de contrato. Tal alteração é efetiva para períodos iniciados em/ou a partir de 1º de junho de 2020. O Banco não possui arrendamentos que se utilizaram do novo expediente prático.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Fase 2

Estas alterações envolvem ativos e passivos financeiros indexados taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (Interbank Offered Rate), por exemplo LIBOR e EURIBOR. As alterações realizadas pelo IASB têm por objetivo endereçar o tratamento para a modificação de ativos e passivos financeiros referenciados em tais taxas e orientar sobre divulgações adicionais necessárias caso a reforma das taxas de juros de referência produzam impactos aos instrumentos financeiros da entidade. Tais alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. Não são esperados impactos significativos no Banco quando de sua adoção

c. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo no resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco e das entidades consolidadas. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

e. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros - nota 16
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 3(m)
- Pagamento baseado em ações - nota 3(o)

- Contingências - nota 3(n)

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Consolidado.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco, de sua agência em Grand Cayman e de seus fundos exclusivos Caieiras Fundo de Investimento Multimercado “(Brasil)” e Morgan Stanley Derivatives Products Fund “(Cayman)” dos quais o Banco detém 100% de participação, e sobre os quais o Banco exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possuir poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e das empresas controladas pelo Banco.

Saldo e transações entre empresas do Consolidado, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Políticas contábeis consistentes são aplicadas em todo o Consolidado para fins de consolidação.

b. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais

diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos financeiros de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos contabilizados por seus valores justos no resultado e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

f. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de resultado de ativos e passivos para negociação, resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

g. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade tributária

h. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (nota 12)

i. Instrumentos financeiros

O consolidado classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa classificação é realizada através da análise do modelo de negócios em conjunto com o teste SPPI.

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a entidade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest).

- Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

I. Instrumentos financeiros mensurados valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles instrumentos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os instrumentos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Instrumentos financeiros obrigatoriamente classificados como valor justo por meio do resultado (VJR)

Instrumentos financeiros mantidos para negociação

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação incluem ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de venda ou recompra em um curto prazo de tempo ou é parte de uma carteira para a qual há evidências de realização de lucros no curto prazo, essa categoria inclui também todos os contratos Derivativos.

Os instrumentos financeiros mantidos para negociação, incluindo todos os contratos de Derivativos, são inicialmente registrados ao valor justo. Mudanças subsequentes no valor justo, variação cambial, juros e dividendos são refletidos no resultado do Consolidado em “Ganho (perda) líquido de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado”.

Instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com a IFRS 9, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Ganho (perda) líquido de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado”.

II. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

O consolidado não possuía ativos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2020 .

III. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizados quando o objetivo do modelo de negócio do consolidado é coletar os fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério do teste SPPI do valor do ativo até a data de seu vencimento. Esses ativos são reconhecidos, quando o Consolidado se torna parte das disposições contratuais. Os instrumentos são, inicialmente, mensurados ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido do montante referente a expectativa de perda do instrumento.

Custos de transação são os custos incrementais que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou eliminação de um instrumento financeiro. Custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro são adicionados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos financeiros pelo custo amortizado incluem valores pendentes de liquidação e recebíveis de clientes.

j. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

O Consolidado mantém instrumentos financeiros derivativos para negociação e para proteger suas exposições aos riscos. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de risco de mercado.

- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Quando o instrumento de hedge vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de hedge accounting, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

k. Redução do valor recuperável (Impairment) dos ativos financeiros

O requerimento de impairment é baseado na expectativa de perda e aplicável aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), recebíveis de leasing e para alguns compromissos de empréstimos e garantias financeiras.

l. Ativo imobilizado

(i) **Reconhecimento e avaliação**

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

m. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e também sobre diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em

que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Consolidado tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

o. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Consolidado participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais prevêem o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Consolidado. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão (“grant date”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“vesting period”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Consolidado concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

4 Reconciliação das diferenças entre BRGAAP e IFRS

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Apresentamos abaixo os efeitos entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na posição financeira do Consolidado:

Conciliação do Patrimônio Líquido	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Patrimônio líquido BRGAAP	2.587.908	2.291.209
Ajuste ativos financeiros ao valor justo pelo resultado (a)	(3.452)	(3.202)
Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	(9.435)	7.593
Ajuste IFRS 16 (c)	(1.880)	(141)
Efeito Fiscal (d)	5.799	(1.976)
Patrimônio líquido IFRS	2.578.940	2.293.483

O resultado do IFRS, em 31 de dezembro de 2020 foi impactado no montante positivo de R\$ 7.095 (2019 – R\$ 107.279) líquido de impostos, referente ao ajuste do IFRS 16 e aos ajustes ao valor justo dos certificados de operações estruturadas e demais ativos financeiros conforme conciliação do resultado abaixo:

Conciliação do Resultado	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Resultado líquido do exercício - BRGAAP	276.803	244.225
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo pelo resultado (a)	(236)	(1.948)
Ajuste de passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	14.875	(172.153)
Ajuste IFRS 16 (c)	(1.739)	(141)
Efeito fiscal (d)	(6.588)	66.963
Resultado líquido do exercício - IFRS	283.115	136.946

- (a) Dentro do escopo do IFRS 9, certas operações são caracterizadas como instrumentos financeiros, essas operações foram avaliadas e reconhecidas pelo valor justo. Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou as operações compromissadas ativas e outros ativos financeiros ao valor justo.
- (b) Dentro do escopo do IFRS 9, certas operações são caracterizadas como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo. Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou as operações compromissadas passivas e os certificados de operações estruturadas – COE ao valor justo
- (c) Dentro do escopo do IFRS 16 locatários devem reconhecer nas demonstrações financeiras todos os arrendamentos com prazos superiores a um ano. Assim, para atender a nova regra, o Consolidado avaliou e reconheceu nas respectivas rubricas contábeis de ativos, passivos e resultado os valores decorrentes da aplicação da nova regra.
- (d) O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas alíquotas vigentes de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social.

5 Resultado líquido de juros

	2020	2019
Receita de juros de ativos ao valor justo pelo resultado		
Rendas com Empréstimos de Ações	16.577	8.891
Receitas de juros de ativos mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	71.437	66.064
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.636	-
Rendas com Operações Compromissadas – Posição bancada	288	134.111
Total	92.938	209.066
Despesa de juros de ativos ao valor justo pelo resultado		
Despesas com Empréstimos de Ações	(18.126)	(20.152)
Despesas de juros de passivos mensurados ao custo amortizado		
Depósitos de clientes	(45.143)	(33.184)
Despesas com obrigações por empréstimos e repasses	(17.003)	(26.719)
Outras despesas de juros	(2.566)	(469)
Total	(82.838)	(80.524)
Resultado líquido de juros	10.100	119.651

6 Resultado líquido de serviços e comissões

	2020	2019
Receitas de serviços e comissões		
Assessoria e comissão de colocação de Títulos em Oferta Pública	231.941	214.985
Total	231.941	214.985
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	(2.618)	(712)
Total	(2.618)	(712)
Resultado líquido de serviços e comissões	229.323	214.273

7 Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

	2020	2019
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo		
Ganhos - Swap	(2.359.495)	122.758
Ganhos - Futuros	964.702	49.868
Ganhos - Termo	355.127	4.718
(Perdas) - Opções	(453.351)	(549.686)
(Perdas) / Ganhos - Commodities	426.419	(10.873)
Rendas de Certificado de Crédito Bancário	-	8.393
Rendas com Operações Compromissadas	100.425	28.774
Rendas com Títulos Públicos e Ações	2.585.893	1.490.510
Certificado de Operações Estruturadas	(631.164)	(771.666)
Outros resultados de ativos e passivos financeiros	(139)	-
Total	988.417	372.796

2020 **2019**

8 Resultado de variação cambial

O resultado de variação cambial é composto, basicamente, por operações em moeda estrangeira, no valor positivo de R\$ 19.603 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (valor negativo de R\$ 44.460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

9 Despesas Administrativas

	2020	2019
Despesa de Pessoal	(293.809)	(169.687)
Plano de incentivos em Ações	(40.204)	(47.961)
Despesas de honorários	(89.241)	(63.837)
Despesas de prestação de serviços de terceiros	(5.177)	(4.615)
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados	(4.911)	(6.684)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(60.083)	(36.686)
Despesas de viagens	(2.006)	(6.610)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(2.736)	(2.064)
Despesa de corretagem	(190.379)	(141.894)
Despesa de taxa de administração de fundo	(3.929)	(4.500)
Outras	<u>(8.216)</u>	<u>(8.902)</u>
Total	<u>(700.690)</u>	<u>(493.440)</u>

10 Outras despesas operacionais

	2020	2019
Despesa de ISS	(11.597)	(10.750)
Contribuição ao COFINS	(44.236)	(38.890)
Contribuição ao PIS	(7.188)	(6.320)
Despesa de Contingencia	(80)	-
Outras despesas operacionais	<u>(11.275)</u>	<u>(8.240)</u>
Total	<u>(74.376)</u>	<u>(64.200)</u>

11 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2020		2019	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos impostos	431.050	431.050	136.366	136.366
Juros sobre o capital próprio	(92.810)	(92.810)	(132.587)	(132.587)
Resultado antes do Imposto e após juros sobre capital	338.240	338.240	4.359	4.359
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	3.661	3.661	12.566	12.566
Incentivos	43	43	5	5
Resultados com Investimentos no exterior	29.113	29.113	5.228	5.228
Lucro de subsidiárias no exterior	(29.113)	(29.113)	(5.228)	(5.228)
Outros ajustes	1.739	1.739	-	-
Adições (exclusões) temporárias				
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	(83.083)	(83.083)	100.115	100.115
Remuneração variável	68.093	68.093	35.210	35.210

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2020

Provisões	49.491	49.491	45.608	45.608
Ajuste a mercado operações estruturadas	17.028	17.028	172.110	172.110
Outros ajustes ao valor de mercado no resultado	(31.667)	(31.667)	2.133	2.133
Base de cálculo	363.545	363.545	371.524	371.524
IR/CS apurado	90.862	69.159	92.359	55.729
Dedução de Incentivos Fiscais	(423)	-	(498)	-
(Ativo)/Passivo Fiscal diferido (1)	(4.965)	(6.697)	(88.801)	(59.867)
Total Líquido de IR/CS	85.474	62.462	3.558	(4.138)

(1) O ativo fiscal diferido refere-se, majoritariamente, a imposto de renda e contribuição social sobre marcação a mercado de instrumentos financeiros.

Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	2020	2019
Lucro antes da tributação e dos juros sobre capital próprio	431.050	136.946
Imposto de renda e contribuição social	<u>(147.936)</u>	<u>(581)</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda	<u>35,32%</u>	<u>-0,42%</u>

12 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
	Valor contábil	Valor contábil
Disponibilidade	10.204	340.922
Aplicação em operações compromissadas	<u>1.954.597</u>	<u>2.661.808</u>
Total	<u>1.964.801</u>	<u>3.002.730</u>

13 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2020		2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ao valor Justo por meio do Resultado	16.736.586	16.736.586	15.384.117	15.384.117
Operações compromissadas	2.195.643	2.195.643	5.208.529	5.208.529
Títulos e Valores Mobiliários				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.620.833	1.620.833	571.361	571.361
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	7.627	7.627	13.351	13.351
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	166.176	166.176
Renda Variável				
Ações de Companhias Abertas	6.850.215	6.850.215	5.565.797	5.565.797

Instrumentos financeiros derivativos				
Swap	2.134.061	2.134.061	1.684.203	1.684.203
NDF	1.314.567	1.314.567	668.265	668.265
Opções	1.598.648	1.598.648	1.489.240	1.489.240
Termo	884.471	884.471	-	-
Commodities	121.562	121.562	7.379	7.379
Devedores por empréstimo de ações	816.694	816.694	1.147.403	1.147.403
Outros ativos financeiros	8.959	8.959	9.816	9.816
Ao custo amortizado*	1.017.510	1.017.510	784.926	784.926
Aplicação em depósitos interfinanceiros	197.166	197.166	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	684.980	684.980	784.196	784.196
Recebíveis clientes	135.364	135.364	730	730

(*) O valor contábil dos ativos ao custo amortizado são apresentados pelo seu valor líquido e já representam a melhor estimativa de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, o Consolidado possuía um total de R\$ 60.008 (31 de dezembro de 2019, R\$ 10.507) a título de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.

14 Transferência de ativos financeiros

No ano de 2020 em seu curso dos negócios, o Consolidado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública.

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Consolidado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Consolidado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de seu valor e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Consolidado.

Ações dadas como empréstimo

O aluguel de ações é uma operação em que o doador (dono das ações a serem alugadas) empresta suas ações a outro investidor (tomador), cobrando uma taxa por isso, por prazos variados. O tomador passa, assim, a poder negociar as ações. Até o fim do período de aluguel, o tomador deve devolvê-las ao doador.

O risco da operação reside na ponta tomadora, por uma eventual inadimplência financeira (remuneração ao doador dos ativos e taxa de liquidação) ou pela não devolução dos ativos.

Contudo, existem normas e controles que permitem uma administração segura do negócio, a começar pelas garantias que são exigidas pela B3 S.A.. A partir da liquidação do empréstimo, as garantias depositadas são liberadas e ficam novamente à disposição do tomador.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Consolidado possuía direitos por empréstimos de ações, registrados na rubrica de “Negociação e intermediação de valores”, conforme abaixo:

	2020	2019
Empréstimo e recebíveis clientes		
Ações dadas por empréstimo	816.694	1.147.403

15 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo e ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2020		2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros				
ao Valor Justo por meio do Resultado	13.250.602	13.250.602	14.983.213	14.983.213
Operações compromissadas	1.392.207	1.392.207	5.090.671	5.090.671
Credores por empréstimo de ações	817.410	817.410	2.031.798	2.031.798
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap	2.125.110	2.125.110	1.170.399	1.170.399
NDF	1.104.599	1.104.599	603.059	603.059
Opções	1.411.318	1.411.318	989.424	989.424
Termo	884.369	884.369	-	-
Commodities	73.016	73.016	51.660	51.660
Certificado de Operações Estruturadas	5.442.573	5.442.573	5.046.202	5.046.202
ao Custo Amortizado	4.319.638	4.319.638	2.708.473	2.708.473
Depósito de Clientes	1.960.012	1.960.012	1.025.513	1.025.513
Obrigações Por Empréstimo e Repasse				
Empréstimo em moeda estrangeira	1.349.214	1.349.214	663.832	663.832
Negociação e Intermediação de Valores	938.073	938.073	1.009.251	1.009.251
Outros Passivos Financeiros	72.338	72.338	9.877	9.877

Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo e longo prazo com cláusula de resgate antecipado cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

16 Valor justo dos instrumentos financeiros

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender suas necessidades e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxas de juros e de ações. Estes riscos são administrados por

meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes permitem que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros e de câmbio.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se parâmetros internacionais utilizados pela organização em nível mundial. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos tais como “VaR” e simulações de cenários de *stress*.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados a taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos) - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base em preços divulgados pela B3 S.A..

O Consolidado tem como prática a verificação e acompanhamento desses preços de mercado, diariamente, a fim de assegurar a consistência e acuracidade da precificação de suas operações.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como BM&FBovespa, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

O valor justo dos certificados de operações estruturadas foram apurados da seguinte forma:

O valor justo dos certificados de operações estruturadas é obtido com base nas curvas de juros e preços listados dos ativos objetos. Estes valores são públicos e observáveis no mercado, através da B3 S.A., Reuters e Bloomberg.

Cada certificado de operações estruturadas, utilizando-se desses preços, é trazido a valor presente diariamente até o seu vencimento.

Em alguns casos, dado prazos mais longos, os ativos objetos possuem liquidez reduzida e muitas vezes não observáveis, nesses casos é utilizado o método de extrapolação a partir de dados observáveis e, por conservadorismo, são classificados como nível 3.

A tabela abaixo representa o tipo de ativo objeto e o prazo o qual o método de extrapolação é utilizado:

Ativo objeto	Opção de Ação	Índice	Fundos	ETF	ADR
vencimento	Acima de 3 anos	Acima de 5 anos	acima de 2 anos	acima de 3 anos	acima de 3 anos

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.
- **Nível 2** - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.
- **Nível 3** - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de

dezembro de 2020 e de 2019, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Consolidado para apurar seu valor justo:

Ativos Financeiros	2020				2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor Justo por meio do Resultado								
Operações compromissadas	-	2.195.643	-	2.195.643	-	5.208.529	-	5.208.529
Titulos e Valores Mobiliários								
Titulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	1.620.833	-	1.620.833	-	571.361	-	571.361
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	7.627	-	7.627	-	13.351	-	13.351
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	166.176	-	166.176
Renda Variável								
Ações de Companhias Abertas	6.850.215	-	-	6.850.215	5.565.797	-	-	5.565.797
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap	-	2.134.061	-	2.134.061	-	1.684.202	-	1.684.202
NDF	-	1.259.317	55.250	1.314.567	-	654.121	14.144	668.265
Opções	-	1.523.427	75.221	1.598.648	-	1.464.056	25.184	1.489.240
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo	-	884.471	-	884.471	-	-	-	-
Commodities	-	121.562	-	121.562	-	7.379	-	7.379
Devedores por empréstimos de ações	816.694	-	-	816.694	1.147.403	-	-	1.147.403
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	9.816	-	-	9.816
Passivos financeiros	2020				2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ao Valor Justo por meio do Resultado								
Operações compromissadas	-	1.392.207	-	1.392.207	-	5.090.671	-	5.090.671
Credores por empréstimo de ações	817.410	-	-	817.410	2.031.798	-	-	2.031.798
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap	-	2.070.525	54.585	2.125.110	-	1.156.641	13.758	1.170.399
NDF	-	1.104.599	-	1.104.599	-	603.049	-	603.059
Opções	-	1.366.340	44.978	1.411.318	-	873.538	115.886	989.424
Termo	-	884.369	-	884.369	-	-	-	-
Commodities	-	73.016	-	73.016	-	51.660	-	51.660
Certificado de Operações Estruturadas	-	3.916.828	1.525.745	5.442.573	-	3.552.019	1.494.183	5.046.202

Movimentações de valor justo recorrentes de Nível 3

A tabela a seguir inclui a movimentação dos valores dos ativos financeiros classificados como Nível 3 da hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2020:

	Valor Justo em 31/12/2019	Compras	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não realizado)	Liquidações	Transferência nível 2	Valor Justo em 31/12/2020
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado						
Instrumentos financeiros derivativos						
Opções	25.184	28.644	41.201	(19.808)	-	75.221
NDF	14.144	-	145.199	(104.093)	-	55.250
Passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado						
Opções	(115.886)	(3.024)	5.035	68.897	-	(44.978)
Swap	(13.758)	-	(143.827)	103.000	-	(54.585)
Certificado de Operações Estruturadas	(1.494.183)	(746.448)	(95.881)	106.719	704.048	(1.525.745)

Análise de sensibilidade de operações nível 3

A tabela a seguir, fornece a análise de sensibilidade desses valores justos e a metodologia aplicada na apuração do valor justo do instrumento financeiro classificado como nível 3:

Em milhares de reais

Valor Justo	Técnica de Valorização	Dados não observáveis / Sensibilidade da mudança do valor justo utilizando dados não observáveis significativos (Nível 3)	Faixa	Média	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado					
Instrumentos financeiros derivativos					
Opções	72.535	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	8% - 25%	24%
			Volatilidade da curva	(1%) - 0%	(-1%)
			Correlação entre ativos	55% - 67%	65%
			Correlação entre moedas	(85%) – 60%	(55%)
NDF	55.250	Estimativa Histórica	Volatilidade da moeda	23% - 26,7%	25,2%
			Correlação entre taxa de juros e moeda estrangeiro	7,5%) – 87,5%	22,14%

Passivos Financeiros

ao Valor Justo por meio do Resultado

Opções	44.978	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 43%	16%
			Volatilidade da curva	(2%) - 0%	0%
			Correlação entre ativos	30% - 80%	62%
			Correlação entre moedas	(85%) - 60%	(45%)
Swap	54.585	Estimativa Histórica	Volatilidade da moeda	23% - 26,7%	25,2%
			Correlação entre taxa de juros e moeda	7,5 - 87,5%	22,14%
Certificado de Operações Estruturadas	1.525.745	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 45%	22%
			Volatilidade da curva	(2%) - 0%	0%
			Correlação entre ativos	30% - 80%	65%
			Correlação entre taxa de juros e moeda estrangeira	(85%) - 60%	(53%)

17 Imposto diferido

a. Créditos tributários

Natureza e origem

	2020	2019
Diferenças temporárias		
Ajuste ao valor de mercado	118.368	96.334
Provisão para bônus, gratificação periódica e contingências	78.785	59.089
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	12.601	3.229
Total de créditos tributários - ativo	<u>209.754</u>	<u>158.652</u>
Ajuste pelo valor líquido (compensação do passivo diferido)	(85.735)	(52.877)
Ajustes IFRS	5.800	(1.976)
Total de ativos por impostos diferidos	<u>129.819</u>	<u>103.799</u>

Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias originadas pelo ajuste do valor de mercado, provisão para bônus e demais provisões.

- **Critérios de constituição** - Os créditos tributários foram constituídos à alíquota de 25% para imposto de renda, no montante de R\$ 116.530 (2019 - R\$ 89.654) e, para contribuição social, o crédito tributário foi constituído às alíquotas de 20% para 2020 e de 15% e 20% para 2019, totalizando o montante de R\$ 93.224 (2019 - R\$68.998). Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, com realização a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%.

- **Valores constituídos e baixados no período** - A movimentação dos créditos tributários ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 pode ser demonstrada como segue:

	2020	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2019	158.652	158.652
Constituição no exercício (Realização/reversão)	99.468 (48.366)	99.468 (48.366)
Saldo Final em 31/12/2020	209.754	209.754
	2019	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	50.328	50.328
Constituição no exercício (Realização/reversão)	152.623 (44.299)	152.623 (44.299)
Saldo Final em 31/12/2019	158.652	158.652

b. Passivos por impostos correntes e diferidos

	2020	2019
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda a pagar	90.439	92.360
Contribuição social a pagar	69.159	55.729
Outros impostos e contribuições a recolher	30.480	8.937
	<u>190.079</u>	<u>157.026</u>
Ajuste pelo valor líquido (compensação do ativo fiscal corrente)	(62.482)	(59.508)
Total impostos correntes	<u>127.597</u>	<u>97.518</u>
Passivos por impostos diferidos:		
Imposto de renda diferido	47.630	29.376
Contribuição social diferida	38.104	23.501
	<u>85.734</u>	<u>52.877</u>
Ajuste pelo valor líquido (compensação para o ativo diferido)	(85.734)	(52.877)
Total impostos diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total passivos por impostos correntes e diferidos	<u>127.597</u>	<u>97.518</u>

c. Expectativa de realização dos impostos diferidos ativos:

EXERCÍCIO	CRÉDITO	VALOR
	TRIBUTÁRIO	PRESENTE (*)
2021	185.765	178.455
2022	11.564	10.703
2028	3.475	3.096
2029	4.117	3.664
2030	4.833	4.297
	<u>209.754</u>	<u>200.215</u>

(*) O valor presente foi calculado com base nas curvas de juros pré-fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

O Consolidado não possui créditos tributários não ativados de qualquer natureza.

18 Outros ativos

	2020	2019
Valores a receber de ligadas	12.104	11.648
Adiantamentos e antecipações salariais	1.819	1.738
Adiantamentos a fornecedores	730	860
Valores a receber de clientes	4.451	7.010
Dividendos a receber	39.202	74.396
Outros	809	2.722
Total	<u>59.115</u>	<u>98.374</u>

19 Outros passivos

	2020	2019
Pessoal	277.110	158.713
Plano de incentivos em Ações (1)	97.939	57.662
Juros sobre capital próprio a pagar	78.888	166.775
Valores a pagar a sociedades ligadas	254	6.137
Comissões a pagar sobre operações estruturadas	10.516	12.428
Provisão para passivos contingentes	42.602	54.945
Outros	24.565	133
Total	<u>531.874</u>	<u>456.793</u>

(1) Em 2020 o Banco Morgan Stanley outorgou 155.406 unidades de ações (2019 – 272.359 unidades) para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$ 57,0484 (2019 – US\$ 42,56).

20 Ativo imobilizado

Custo de aquisição	Móveis. instalações e equipamentos		Sistemas de comunicação	Processamento de dados	Direito de Uso	Outras imobilizações	Total
	Benefitorias						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	11.959	10.228	8.278	9.543	-	37	40.045
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	-	14.676	-	14.676
Aquisições	-	1	363	3.325	-	-	3.689
Baixas	-	-	(42)	-	-	-	(42)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.959	10.229	8.599	12.868	14.676	37	58.368
Saldo em 1º de janeiro de 2020	11.959	10.229	8.599	12.868	14.676	37	58.368
Aquisições	636	739	669	9.465	64.319	-	75.828
Transferências	-	-	-	(265)	-	-	(265)
Baixas	-	(32)	(2.057)	(245)	-	-	(2.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.595	10.936	7.211	21.823	78.995	37	131.597
Depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(11.745)	(6.488)	(7.168)	(7.661)	-	-	(33.061)
Depreciação do exercício	(74)	(886)	(408)	(893)	(4.941)	-	(7.202)
Baixas	-	-	26	-	-	-	26
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.818)	(7.374)	(7.550)	(8.554)	(4.941)	-	(40.237)
Depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(11.818)	(7.374)	(7.550)	(8.554)	(4.941)	-	(40.237)
Depreciação do exercício	(90)	(862)	(699)	(1.736)	(6.318)	-	(9.705)
Transferências	-	-	-	177	-	-	177
Baixas	-	-	2.242	-	-	-	2.242
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(11.908)	(8.236)	(6.007)	(10.113)	(11.259)	-	(47.523)
Valor contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	141	2.855	1.049	4.314	9.735	37	18.131
Saldo em 31 de dezembro de 2020	687	2.700	1.204	11.710	67.736	37	84.074

21 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 968.820.534 (2019 – 856.121.389) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 02 de Junho de 2020, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 112.699 (cento e doze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e cinco reais), mediante a emissão de 112.699.145 (cento e doze milhões, seiscentas e noventa e nove mil, cento e quarenta e cinco) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 07 de Julho de 2020.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 02 de junho de 2020, aprovou também a não distribuição desses dividendos

Durante o exercício, o Banco efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre o Lucro Líquido, após a constituição da Reserva Legal, no limite máximo de 30% do referido lucro líquido, na forma do disposto na Resolução 4.885 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 78.889 (2019 - R\$ 132.587) que consta como destinação do resultado, diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido, e reduziu a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício aproximadamente em R\$ 43.007 (2019 - R\$ 53.045). Este montante foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 31 de dezembro de 2020.

c. Reserva de capital

Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

d. Reserva legal

O Banco constituiu a título de Reserva Legal, com base no lucro líquido do exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil “BRGAAP”, o montante de R\$ 13.840 (2019 - R\$ 12.212).

e. Reserva estatutária

Conforme previsto no Estatuto Social, por proposta da Administração, foi constituída Reserva Estatutária, com base no lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 após todas as destinações no montante de R\$ 255.868 (2019 – R\$ 99.426).

f. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era a seguinte:

	2020	2019
Capital	1.419.306	1.306.607
Reservas de Lucros	1.266.166	996.972
Resultado abrangente	(27.643)	(10.096)
Total do patrimônio líquido	2.657.829	2.293.483

22 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a IAS

24. As principais transações estão assim representadas:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2020

DESCRIÇÃO - OPERAÇÃO	CONTRAPARTE	VENCIMENTO	VALOR-2020	VALOR-2019
<u>ATIVO</u>				
Aplicação em depósito interfinanceiro	Morgan Stanley Morgan Stanley International Finance	01/04/2021	2.137	73.697
Instrumentos Financeiros Derivativos	Kona Fundo de Investimento Financeiro	até 10 anos	2.722.845	1.510.534
Valores a Receber Prestação de Serviços	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Morgan Stanley Participações Ltda. Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.	30 dias 30 dias 30 dias	8.478 3.171 389	7.678 3.098 367
<u>PASSIVO</u>				
Obrigações por Operações Compromissadas	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Kona Fundo de Investimento Financeiro	01/04/2021 01/04/2021	(650.813) (721.465)	(847.643) (4.243.029)
Captações em Depósito à Prazo	Kona Fundo de Investimento Financeiro (*) Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A. Morgan Stanley Participações Ltda. Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	até 4 anos até 3 anos até 3 anos até 2 anos	(1.431.139) (99.735) (131.262) (1.297)	(777.653) (79.369) (34.929) (1.297)
Obrigações por empréstimo em moeda estrangeira	Morgan Stanley International Finance	01/04/2021	(626.131)	(291.298)
Instrumentos Financeiros Derivativos	Kona Fundo de Investimento Financeiro	até 15 anos	(1.316.966)	(729.623)
<u>RESULTADO</u>				
Despesas de captações em Depósito à prazo	Kona Fundo de Investimento Financeiro Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A. Morgan Stanley Participações Ltda.		(18.088) (2.366) (1.076)	(12.572) (3.825) (2.085)
Despesas com operações compromissadas	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Kona Fundo de Investimento Financeiro		(22.815) (40.185)	(44.583) (11.104)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Kona Fundo de Investimento Financeiro		624.968	602.924
Outras Receitas Operacionais	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Morgan Stanley Participações Ltda. Morgan Stanley Adm. Carteiras S.A.		20.583 1.694 1.919	19.663 1.560 2.066

O grau de relacionamento das empresas do Grupo, as quais o Banco possuía transações em 31 de Dezembro de 2020 é:

- Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: empresa do Conglomerado.
- Caieiras Fundo de Invest. Multimercado - FMIE: cotista exclusivo do fundo e também compõe o Conglomerado.
- Demais empresas: empresas relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos membros do Comitê Executivo do Consolidado Morgan Stanley e/ou os diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	2020	2019
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	38.326	34.721
Encargos sociais	12.987	19.012
	2020	2019
Benefício de longo prazo a administradores		
Plano de remuneração com base em ações (1)	42.964	37.651
Plano de compensação diferida	7.952	3.673
Encargos sociais sobre benefícios longo prazo	17.668	12.604

- (1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Morgan Stanley, sediada no exterior.

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil (BACEN), instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. Durante o exercício foram pagos R\$ 3.241 (2019 – R\$ 3.151) a título de previdência suplementar.

Planos de incentivo em ações

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição e sua totalidade pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão por justa causa durante o período de amadurecimento (“*vesting period*”).

No decorrer do ano de 2020, Morgan Stanley outorgou 155.406 unidades de ações (2019 – 272.359 unidades) para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a

um valor médio de US\$ 57.0484 (2019 – US\$ 42,56), considerando o valor de mercado das ações do Morgan Stanley nas respectivas datas de outorga.

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêm o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A aquisição destas recompensas está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, tais como a permanência na empresa por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de amadurecimento (“*vesting period*”). Os planos são liquidados em dinheiro no final do período de amadurecimento.

23 Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, o Consolidado possuía passivos contingentes provisionados de natureza trabalhista no montante de R\$ 1.969 (2019 – R\$ 1.978), com relação aos quais a possibilidade de perda é considerada provável, com base na análise de assessor jurídico.

O Consolidado é réu em disputa acerca do valor de vencimento antecipado de certos contratos de derivativos, que, com base na melhor estimativa da administração nesta data, pode gerar perda provável provisionada no montante de R\$ 40.634.

	2020		2019	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.978	52.967	1.995	-
Constituições no período	-	-	-	52.967
Reversões no período	<u>(9)</u>	<u>(12.333)</u>	<u>(17)</u>	-
Total	<u>1.969</u>	<u>40.634</u>	<u>1.978</u>	<u>52.967</u>

O Consolidado é objeto de processo administrativo sancionador junto a Receita Federal referente às Contribuições Previdenciárias Patronais relacionadas aos anos de 2014 e 2015. O montante de R\$ 3.633, com relação aos quais a possibilidade de perda é considerada possível, com base na análise de assessor jurídico externo.

O Consolidado não possuía outros processos materiais com possibilidade de perda provável ou possível, além dos já mencionados. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

24 Gerenciamento de riscos

a. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Consolidado e conseqüentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Consolidado

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação freqüente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local. A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

b. Risco de crédito

O Banco entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento acerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito consistem em avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, e, se houverem, monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estejam relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para

instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito estão divulgados na nota explicativa 13.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de eventuais posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

Abaixo apresentamos a segregação dos ativos financeiros, por rating de crédito, considerando o valor contábil da exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

31 de dezembro de 2020	Classificação interna					
	A	BBB	BB	B	D	Total
Ativos financeiros						
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Operações compromissadas	-	-	2.195.643	-	-	2.195.643
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.478.675	-	-	8.478.675
Instrumentos financeiros derivativos	-	57.403	5.629.593	366.312	-	6.053.309
Outros ativos financeiros	-	8.976	-	-	-	8.976
Ao Custo Amortizado						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	197.166	-	-	197.166
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	684.962	-	-	684.962
Recebíveis de clientes	-	-	272	-	135.083	135.356

31 de dezembro de 2019	Classificação interna					
	A	BBB	BB	B	CCC	Total
Ativos financeiros						
Ao Valor Justo por meio do Resultado						
Operações compromissadas	-	-	5.208.529	-	-	5.208.529
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	6.316.685	-	-	6.316.685
Instrumentos financeiros derivativos	-	229.894	3.535.784	82.793	615	3.849.086
Empréstimos	-	-	9.816	-	-	9.816
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	-	-
Ao Custo Amortizado						
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	684	46	-	730
Recebíveis de clientes	-	229.894	3.535.784	82.793	615	3.849.086

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações Financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2020

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AAA		
AA		
A		
BBB	Risco Baixo	Operações com clientes considerados com boa qualidade de crédito, bons fatores qualitativos e quantitativos
BB	Risco Médio	Operações com clientes considerados com média qualidade de crédito, incluindo certos fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis
B		
CCC		
D	Risco alto	Operações com clientes considerados com baixa qualidade de crédito, com vários fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis

2020

	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	14.400.153	816.978	885.897	633.557	16.736.586
Operações Compromissadas	2.195.644	-	-	-	2.195.644
Títulos e Valores Mobiliários	8.437.191	33.856	7.428	199	8.478.674
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.764.201	777.281	878.469	633.358	6.053.309
Outros ativos financeiros	3.118	5.841	-	-	8.959
Ao Custo Amortizado	1.637.038	-	197.166	-	1.834.204
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	197.166	-	197.166
Negociação e Intermediação de Valores	1.501.674	-	-	-	1.501.674
Recebíveis de clientes	135.364	-	-	-	135.364

2019

	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	13.856.711	417.507	606.479	503.419	15.384.117
Operações Compromissadas	5.208.529	-	-	-	5.208.529
Títulos e Valores Mobiliários	6.106.419	196.915	-	13.351	6.316.685
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.138.566	516.087	680.760	513.673	3.849.086
Outros ativos financeiros	2.525	5.061	2.230	-	9.816
Ao Custo Amortizado	1.932.329	-	-	-	1.932.329
Negociação e Intermediação de Valores	1.931.599	-	-	-	1.931.599
Recebíveis de clientes	730	-	-	-	730

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Eventualmente, o Banco Morgan Stanley pode atuar em atividades que resultem em transações com características de operações de crédito. Neste caso, similarmente às operações de derivativos, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das transações, reavaliando a solidez das contrapartes. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também atribui ratings de crédito, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas transações.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é uma parte inerente das atividades de negócios do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado refere-se ao risco de uma ou mais mudanças nos níveis de preços de mercado, taxas de juros, índices, volatilidades ou outros fatores de mercado, que possam resultar em perdas para uma posição ou carteira do Conglomerado Morgan Stanley.

Estrutura de Governança e Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e conta com o auxílio do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação e o gerenciamento do risco de mercado. O Comitê de Riscos Brasil supervisiona as exposições ao risco de mercado e é responsável por assegurar que os mesmos sejam gerenciados e reportados de forma correta. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é composta pelo Comitê de Riscos Brasil e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD Brazil”).

As principais atribuições do MRD/LRD Brazil são:

- Identificar e avaliar os riscos de mercado decorrentes das atividades bancárias do Conglomerado Morgan Stanley;
- Propor limites de risco de mercado;
- Monitorar e informar as exposições ao risco contra os limites;
- Assegurar que os controles de risco de mercado estão em uso e são efetivos;
- Auxiliar o Diretor de Riscos do Conglomerado Morgan Stanley nos assuntos pertinentes ao risco de mercado e assegurar escalonamento de problemas relevantes;
- Revisar a aderência do Conglomerado Morgan Stanley aos requerimentos regulatórios;
- Revisar, ao menos anualmente, e recomendar atualizações para a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

MRD/LRD Brazil mensura as exposições ao risco de mercado entre as diversas carteiras do Conglomerado Morgan Stanley utilizando uma ampla gama de fatores e sensibilidades

consistentes com a complexidade de seus produtos. A modelagem do risco de mercado inclui, entre outras medidas, o cálculo do VaR (“Value at Risk”).

Principais riscos

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e geração de liquidez, o Conglomerado Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e *commodities*. O Conglomerado Morgan Stanley está exposto também à volatilidade desses fatores de risco.

As atividades das quais essas exposições emergem e os mercados nos quais o Conglomerado Morgan Stanley é participante ativo incluem: títulos públicos, ações, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são mensurados com as ferramentas apropriadas, incluindo cálculos de sensibilidade a fatores de risco de mercado e , VaR e monitorados através do estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (1 basis point) na estrutura a termo de taxa de juros em Reais:

Data	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Dezembro 2020	20.485	(24.811)	61.341	(95.794)	98.152	59.374
Dezembro 2019	(102.110)	25.038	61.156	44.650	1.282	(59.285)

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível estimar no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de confiança. O VaR agrega os riscos associados as carteiras com vários ativos em um único valor.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor das carteiras, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco e informação sobre a sensibilidade e a exposição da carteira à mudanças nesses fatores.

O modelo de VaR do Conglomerado Morgan Stanley evolue em resposta a mudanças na composição das carteiras e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Conglomerado Morgan Stanley continuamente revisa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR também devem ser entendidas. As principais limitações são:

1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com período de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.
2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
3. Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedgeadas* em tão curto espaço de tempo.
4. VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de risco que possam vir a ocorrer no futuro.
5. VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Conglomerado Morgan Stanley está ciente dessas e outras limitações e, dessa forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Esse processo também incorpora testes de estresse baseado em análise de sensibilidades, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e consolidado.

A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das principais exposições do Grupo em dezembro de 2020 e dezembro de 2019.

Categoria	2020		2019	
	Exposição	VaR	Exposição	VaR
Taxa de Juros	2.943.174	2.553	13.313.085	1.221
Ações	(116.748)	8.584	536.482	4.658
Taxa de Câmbio	(436.507)	1.034	(6.497.574)	192
Outros	1.523	239	1.523	3
Subtotal	(5.570)	12.410	7.353.516	6.074
(-) Benefício de Diversificação (a)		2.822		1.351
Total VaR Negociado		9.589		4.723
VaR Total		9.589		4.723

(a) Eliminação do efeito de riscos semelhantes.

95% VaR	95%/ VaR diário 2020				95%/ VaR diário 2019			
	Final do período	Média	Máxima	Mínima	Final do período	Média	Máxima	Mínima
<i>Categoria de risco de mercado:</i>								
Taxa de Juros	2.553	1.930	7.813	0.931	1.221	1.270	13.073	730
Ações	8.584	14.239	33.604	4.553	4.658	8.362	22.290	3.671
Taxa de Câmbio	1.034	2.218	20.649	0.074	192	1.434	19.105	132
Outros	0.239	0.336	0.682	0.061	3	3	46	2
Categorias primárias de Risco (VaR)	12.410	18.724	62.749	5.619	6.074	11.069	54.514	4.535
Benefício de diversificação (1)(2)	2.822	3.836	-	-	1.351	2.396	-	-
VaR Total Administrado	9.589	14.888	33.528	4.723	4.723	8.673	24.379	4.264

- (1) O benefício de diversificação equivale a diferença entre o total do VaR administrado e a soma do VaR de cada uma das categorias de risco. Esse benefício surge por conta das perdas diárias simuladas para cada um dos quatro riscos de mercado principais ocorrerem em dias diferentes; benefícios de diversificação similares também são considerados dentro de cada categoria.

N/A - Não Aplicável. Os valores mínimos e máximos de VaR para o total de VaR de cada componente pode ter ocorrido em diferentes dias ao longo do ano, portanto o benefício de diversificação não é uma medida aplicável. A seguir demonstramos valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos, das operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-20		31-dez-19	
		Vendido	Comprado	Vendido	Comprado
	Bolsa	(3.685.842)	8.749.182	(2.143.837)	15.945.114
	Balcão	(70.121.976)	69.683.133	(75.186.869)	75.319.389
Taxa de juros	Total	(73.807.819)	78.432.315	(77.330.706)	91.264.503
	Bolsa	(266.959)	897.470	(410.827)	399.893
	Balcão	(48.471.351)	49.132.007	(40.704.707)	41.728.968
Taxa de Câmbio	Total	(48.738.309)	50.029.477	(41.115.534)	42.128.861
	Bolsa	(9.556.917)	7.839.015	(15.244.375)	5.542.910
	Balcão	(20.070.379)	14.600.182	(5.816.363)	4.047.506
Preço de Ações	Total	(29.627.296)	22.439.197	(21.060.738)	9.590.416
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(1.609.435)	1.603.865	(777.043)	778.565
Preço de Mercadorias (Commodities)	Total	(1.609.435)	1.603.865	(777.043)	778.565

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos não derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-20		31-dez-19	
		Vendido	Comprado	Vendido	Comprado
	Bolsa	-	-	-	34.278
	Balcão	(8.352.219)	6.670.896	(9.724.383)	9.069.392
Taxa de juros	Total	(8.352.219)	6.670.896	(9.724.383)	9.103.670
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	(1.853.023)	445.107	(996.346)	519.501
Taxa de Câmbio	Total	(1.853.023)	445.107	(996.346)	519.501
Preço de Ações	Bolsa	(901.479)	7.653.071	(2.076.447)	6.712.367

Balcão	-	-	-	336.829
Total	(901.479)	7.653.071	(2.076.447)	7.049.196

d. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos.

O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações que possam potencialmente causar problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade do Banco.

Estrutura de governança

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova as Políticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco de Liquidez e conta com o auxílio do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e do Comitê de Riscos Brasil na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação do gerenciamento do risco de liquidez considerando a estrutura de gerenciamento de riscos disposta na resolução 4557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é composta pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), Comitê de Riscos Brasil, Diretor Financeiro, Tesouraria Corporativa, Diretoria de Operações e pelo Departamento de Risco de Mercado e Liquidez (“MRD/LRD Brazil”), cada um com atribuições específicas para assegurar que o perfil de risco do Conglomerado Morgan Stanley esteja compreendido dentro da estrutura de limites estabelecida e aprovada.

O Conglomerado Morgan Stanley monitora de maneira prospectiva o risco de liquidez através de:

- relatório diário de fluxo de caixa
- teste de estresse de liquidez
- avaliação do risco intradia
- controle de concentração de captação
- monitoramento de limites e plano de contingência.

Os indicadores e análises relativos ao Risco de Liquidez são apresentados para a administração da instituição no Comitê de Riscos Brasil e no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os passivos financeiros apresentavam os seguintes prazos de vencimento:

2020					
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	6.941.723	3.349.508	2.203.280	756.091	13.250.602
Operações Compromissadas	1.392.207	-	-	-	1.392.207
Credores por empréstimos de ações	817.410	-	-	-	817.410
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.373.470	822.888	818.315	583.739	5.598.412
Certificado de Operações Estruturadas	1.358.636	2.526.620	1.384.965	172.352	5.442.573
Ao Custo Amortizado	2.787.496	1.478.938	53.205	-	4.319.638
Depósitos de clientes	427.871	1.478.938	53.205	-	1.960.013
Obrigações por empréstimos e repasses	1.349.214	-	-	-	1.349.214
Negociação e Intermediação de Valores	938.073	-	-	-	938.073
Outros Passivos financeiros	72.338	-	-	-	72.338
2019					
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	9.549.813	2.747.093	2.152.049	534.258	14.983.213
Operações Compromissadas	5.090.671	-	-	-	5.090.671
Credores por empréstimos de ações	2.031.798	-	-	-	2.031.798
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.285.406	403.271	670.033	455.832	2.814.542
Certificado de Operações Estruturadas	878.802	2.514.639	1.574.129	78.632	5.046.202
Ao Custo Amortizado	1.821.193	860.152	27.128	-	2.708.473
Depósitos de clientes	143.301	855.084	27.128	-	1.025.513
Obrigações por empréstimos e repasses	663.832	-	-	-	663.832
Negociação e Intermediação de Valores	1.009.251	-	-	-	1.009.251
Outros Passivos financeiros	4.809	5.068	-	-	9.877

e. Risco operacional

O Departamento de Risco Operacional do Morgan Stanley estabeleceu sua estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as Políticas do Morgan Stanley e regulamentação local vigente. A Política Global de Gerenciamento de Riscos Operacionais e seus procedimentos definem conceitos, estabelecem as diretrizes, metodologias e ferramentas a serem aplicadas de acordo com sua natureza, tamanho e complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Conglomerado Morgan Stanley, resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco Operacional

A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley é responsável por aprovar as políticas de gerenciamento de risco operacional compreendendo de forma abrangente os riscos operacionais que possam impactar a Instituição. Além da Diretoria, a estrutura de gerenciamento de risco operacional local é composta por:

- Comitê de Riscos Brasil, responsável por propor à Diretoria as políticas relacionadas ao risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley
- Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional Brasil, composto pelas áreas de negócio e de suporte do Conglomerado Morgan Stanley;
- Departamento de Risco Operacional, se reportando ao Diretor de Riscos (CRO) do Conglomerado Morgan Stanley, e ao Departamento de Risco Operacional do Grupo Morgan Stanley em Nova Iorque;
- Unidades de Negócio e de Suporte, como responsáveis primários pelo gerenciamento de riscos operacionais, e
- Coordenadores de Risco Operacional, definidos como o ponto focal de cada área para reporte e atendimento das questões relacionadas a risco operacional.

Principais Atribuições do Departamento de Risco Operacional são:

- Supervisionar, analisar e monitorar o risco operacional no Conglomerado Morgan Stanley;
- Produzir e apresentar análise de riscos e relatórios para informação da alta administração do Conglomerado Morgan Stanley e seus Comitês;
- Apresentar ao Comitê de Risco Brasil eventos ou potenciais impactos relacionados ao Risco Socioambiental identificados pelas áreas responsáveis pelo gerenciamento de Risco Socioambiental.
- Apresentar ao Comitê de Riscos Brasil, eventos de continuidade de negócios, os resultados dos testes de continuidade de negócios, bem como a revisão dos planos. Apresentar eventos de serviços terceirizados e eventos relevantes de Tecnologia, se existirem
- Validar e verificar a efetividade da estrutura de gerenciamento de risco operacional estabelecida na Política Global de Risco Operacional;
- Dar suporte as áreas nos procedimentos de Auto-Avaliação de Riscos e Controles, de Captura de Incidentes de Risco Operacional, de Captura dos Apontamentos e Planos de Ação. Monitorar e reportar sobre a qualidade, tempestividade e completa aderência nesses procedimentos;
- Desenvolver e manter ferramentas de suporte para a gestão de risco operacional;
- Fornecer treinamentos e conscientização de risco operacional e também sobre a política, e
- Fornecer mecanismos de reporte para possibilitar o monitoramento sobre as políticas e procedimentos relacionados.

Procedimentos e Atividades de Gerenciamento de Risco Operacional

O Departamento de Risco Operacional implementou procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais:

- **Avaliação de Riscos:** é o processo para determinar o nível de risco do Conglomerado e identificar riscos que requerem ações. Uma das ferramentas utilizadas para a avaliação de risco é a execução do processo de Auto-Avaliação de Riscos e Controles pelas áreas de negócio e de suporte.
- **Incidentes de Risco Operacional:** é o processo de captura e reporte dos incidentes internos de risco operacional ocorridos ou que impactaram as áreas. O Conglomerado mantém um repositório dessas informações para coleta dos dados, seja quantitativos ou qualitativos.
- **Ações Corretivas:** quando um risco operacional identificado está acima do nível aceito pelo Conglomerado, as áreas responsáveis identificam, se aplicável, uma ação corretiva para redução do nível de risco. O Conglomerado possui uma ferramenta para monitoramento de potenciais riscos operacionais e seus planos de ação.
- **Mensuração e Reporte de Riscos:** O Departamento de Risco Operacional independentemente, avalia, mede e monitora os riscos operacionais do Conglomerado e fornece relatórios de risco para a Diretoria do Conglomerado, Comitês e Grupos de Supervisão. Os relatórios podem apresentar o perfil de risco do Conglomerado, incidentes e perdas operacionais ocorridas no período, pontos de atenção significativos no período, status de planos de ação, situação dos indicadores, quando aplicável, e escala as questões relevantes.

Metodologia de Mensuração de Capital e Parcela de Risco Operacional

O Conglomerado no Brasil optou pela Abordagem do Indicador Básico (BIA), que corresponde ao modelo mais simplificado para o cálculo de alocação de capital referente a parcela de risco operacional.

f. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, à Tesouraria Corporativa que é responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações, atuando em conjunto com as áreas técnicas da Matriz e com o comitê local de gestão de ativos e passivos (ALCO). A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa se reporta ao Diretor Financeiro do Conglomerado Morgan Stanley e à Tesouraria Corporativa Global nos Estados Unidos da América, e é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do

Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <http://www.morganstanley.com.br/> (item - Informações Regulatórias).

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia)

A partir da data-base de março de 2003, o Banco Morgan Stanley passou a adotar a apuração de forma consolidada dos limites operacionais previstos no artigo 1º da Resolução 2.283, de 5 de junho de 1996, tomando-se como base os dados financeiros consolidados dos integrantes do Conglomerado Morgan Stanley, formado pela Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Morgan Stanley S.A. e por este liderado, mantendo patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e das alterações introduzidas pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13.

A partir de 31 de outubro de 2013 entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia III, onde adotou-se como base de dados financeiros consolidados o Conglomerado Prudencial, formado pela Corretora, pelo fundo de investimento no qual o Banco é cotista exclusivo e pelo próprio Banco Morgan Stanley S.A., permanecendo este como líder do Conglomerado apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil “BRGAAP”.

O índice da Basiléia em 31 de dezembro de 2020 é de 23,74% (2019 – 22,45%), conforme composição refletida no quadro abaixo.

h. Limite Operacional - Acordo da Basiléia III

Fator de ponderação de risco	2020	2019
RWA - Risco de Crédito - Abordagem Padronizada - RWAcpad	9.591.518	5.904.794
RWA - Risco de Mercado - RWAm pad	4.871.297	6.527.976
RWA - Risco Operacional - Abordagem Padronizada - RWAopad	2.402.392	2.187.942
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	16.865.207	14.620.711
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	1.349.217	1.169.657
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	4.003.930	3.282.616
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	2.654.714	2.212.959
Índice da Basiléia = PR*8,625%/(Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - RWA)	23.74%	22.45%

Razão de Alavancagem **14.78%** **13.33%**

i. Composição do Patrimônio de Referência Requerido - Basileia III

	2020	2019
Patrimônio de Referência Nível I para comparação com RWA	4.003.930	3.282.616
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I requerido	2.992.018	2.405.373
Patrimônio de Referência Nível I	4.003.930	3.282.616
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo requerido para o RWA	1.011.912	877.243
Margem sobre o Capital Principal Requerido	3.244.996	2.624.684
Capital Principal para comparação com RWA	4.003.930	3.282.616
Capital Principal - CP	4.003.930	3.282.616
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	758.934	657.932
Margem sobre o PR considerando a RBAN e o Adicional de Capital Principal	1.938.517	1.335.996
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA e para RBAN	1.432.968	1.215.854
Valor correspondente ao RBAN	83.752	45.927
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	864.342	749.311
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	758.934	657.932
Adicional de Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	632.445	731.036
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	4.003.929	3.282.615
Limite para Imobilização	2.001.964	1.641.307
Valor da situação para o Limite de Imobilização	24.920	18.722
Valor da Margem	1.977.674	1.622.585

25 Outras informações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, o Banco tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Manteve contingente mínimo trabalhando nas dependências do Morgan Stanley, com a adoção de medidas de distanciamento social, monitoramento diário de sintomas, uso obrigatório de máscaras e intensificação de medidas de higiene e limpeza. Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados provendo o equipamento tecnológico e ergonômico necessário, visando assim manter a alta performance dos times. No momento, não há definição de retorno de todo o contingente de funcionários às instalações do Morgan Stanley.

Cabe destacar que o Banco mantém suas atividades operacionais, mesmo com medidas adotadas para contenção da COVID-19, e continua acompanhando e avaliando os impactos identificados

desta pandemia em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

26 Evento subsequente

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º, inciso I, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 20 % para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração vai afetar a CSLL corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período a fim de mensurar o efeito. Porém, não haverá reavaliação do estoque a 25% visto que a majoração da alíquota produzirá efeito temporário na CSLL diferida, ou seja, a constituição e reversão referente a parcela do aumento (5%) se dará dentro do próprio exercício de 2021.